

# Em 91, gastos poderão ter metas mensais

BRASÍLIA — A equipe econômica do Governo prepara uma surpresa para os Ministérios e empresas estatais: adotará, a partir do próximo ano, uma execução do Orçamento com base em metas mensais ou trimestrais. A idéia já foi aceita pela Ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, e será apresentada ao Presidente Collor quando ele receber, para sua sanção, a Lei Orçamentária, em tramitação no Congresso.

Isto significa um controle absoluto das despesas, pelo Ministério da Economia, e o fim do procedimento habitual dos administradores de gastos, que assumem novas despesas por conta de dinheiro a ser recebido.

— O objetivo é evitar os fatos consumados. Agora, a execução do Orçamento será diferente. Em vez de autorizar o gasto anual e, depois, ir cortando despesas, haverá liberações graduais, de acordo com o resultado da receita — explicou ontem o Diretor do Departamento de Orçamento

da União, Cláudio Forghieri.

O novo controle não vai impedir os novos cortes, disse Forghieri. Dados preliminares da Receita Federal indicam uma queda da arrecadação no próximo ano, devido ao agravamento da recessão, inviabilizando o volume de receita esperado. Assim, já se trabalha com a hipótese de um corte de 5% a 10% nos recursos destinados ao custeio da máquina administrativa. Os investimentos, que deveriam crescer cerca de 20% em termos reais (descontada a inflação), na melhor das hipóteses ficarão iguais aos Cr\$ 270 bilhões deste ano, sem considerar o ingresso de recursos externos. A versão pessimista considera uma queda.

A opção por metas mensais ou trimestrais foi a saída para uma contenção dos gastos públicos. O nível da receita permitirá maior ou menor flexibilidade na liberação dos recursos, embora não se possa dizer que se houver mais dinheiro novos gastos serão autorizados.